



Resolução

A Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL, reunida em 6 de Setembro de 2012, com a participação de dirigentes de todo o País e de diferentes áreas de actividade dos municípios, tendo constatado:

- ✓ O aumento do custo de vida, degradação dos salários, agravamento dos impostos, encerramento de escolas e estabelecimentos de saúde, retirada de direitos, roubo dos subsídios de férias e de Natal, diminuição do valor do trabalho extraordinário, precarização das relações laborais, crescimento do desemprego, mobilidade forçada, destruição do poder local e extinção do Sector Empresarial Local e de freguesias constituem os principais impactos de uma política injusta e imoral que tem vindo a transformar radicalmente o quadro social do país, empobrecendo-o e degradando as condições de vida das populações e dos trabalhadores,

Decidiu solicitar com carácter de urgência audiências ao Exmo. Primeiro-ministro, a sua Excelência o Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e aos grupos parlamentares, bem como iniciar a partir desta data um conjunto de reuniões com presidentes dos municípios e outras entidades socialmente relevantes.

O STAL considera que é urgente mudar o caminho da política de desgoverno do país que tem vindo a ser levada a cabo. Se alguns ainda tinham dúvidas hoje é praticamente impossível negar que as medidas de austeridade levadas a cabo pelo governo não resolvem os problemas provocados pela crise, antes os agravam. Mas enquanto o país definha, o desemprego e a pobreza aumentam e a democracia se degrada, o grande capital ganha terreno, aumentam as grandes fortunas e a exploração.

No momento em que os representantes da troika FMI/UE/BCE se encontram em Portugal para fazer um balanço das medidas constantes no memorando de entendimento celebrado com o Governo PSD/CDS/PP, a Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL nota o rasto de destruição provocado por um ano de austeridade e de ataques sistemáticos aos direitos laborais e aos serviços públicos, afirma que é urgente uma mudança de políticas a favor de quem trabalha, pelo desenvolvimento e pelo progresso económico e social, declara a firme disposição em intensificar a luta contra o avanço neoliberal em curso e apela as trabalhadores para que se unam neste combate tão difícil quanto necessário hoje na sociedade portuguesa.

Quase quatro décadas decorridas após o 25 de Abril de 1974, nunca o país conheceu como no presente momentos de tão feroz ataque aos avanços civilizacionais que a Revolução permitiu conquistar. O patronato e os grandes senhores do dinheiro têm no

governo PSD/CDS-PP, na maioria parlamentar que o sustenta e no Presidente da República fiéis e dedicados prossecutores dos seus ditames, o Estado e as suas instituições foram definitivamente colocados ao seu serviço.

A sociedade portuguesa está desta forma enleada pelos enormes e poderosos tentáculos das forças neoliberais, a que não escapa o próprio Tribunal Constitucional, que ao invés de exercer as funções de fiscalização que a Lei Fundamental lhe confere coloca-se ao serviço das políticas de direita, dá cobertura às investidas contra os direitos dos trabalhadores e sanciona mesmo a ilegalidade, tal como aconteceu recentemente com o acórdão sobre o roubo nos subsídios de férias e de Natal.

E embora Pedro Passos Coelho procure despudoradamente afirmar que valeram a pena os sacrifícios dos portugueses, a verdade é que o panorama que se afigura encerra mais sacrifícios, mais austeridade, mais destruição, mais desemprego e menos segurança.

Na Administração Local os trabalhadores sentem de forma agravada os efeitos nefastos das políticas neoliberais do Governo, seja porque este é o sector da Administração Pública com a média salarial mais baixa, seja pelos impactos do ataque ao Poder Local democrático e aos serviços públicos que presta, de que constitui exemplo mais recente o Regime Jurídico da Actividade Empresarial e das Participações Locais, cuja aplicação poderá levar à extinção de centenas de empresas municipais, à privatização dos serviços públicos que prestam e ao despedimento de milhares de trabalhadores.

Também a prevista extinção de freguesias e a lei dos quadros dirigentes conduzirá à desarticulação, à extinção e inúmeros serviços da Administração Local e ao despedimento de muitos trabalhadores.

1. Neste quadro, a Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL considera que é fundamental aumentar a resistência e a luta dos trabalhadores, particularmente:

1.1. - Contra a implementação das normas gravosas do Código do Trabalho vergonhosamente subscrito pela UGT, fazendo valer nos locais de trabalho os direitos conquistados e defendendo os conteúdos das convenções colectivas em vigor. O STAL lembra, nesse sentido, que um conjunto de matérias como a adaptabilidade dos horários de trabalho ou a diminuição do valor do trabalho extraordinário não constituem imperatividade nas empresas privadas e concessionárias de serviços públicos locais, pelo que é fundamental organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores nos locais de trabalho contra a implementação abusiva de quaisquer medidas nesse sentido e a sua integração nos serviços ou entidades que resultem da sua eventual extinção.

1.2. - Contra a regulamentação destas normas para a Administração Pública e a sua introdução nas autarquias locais.

1.3. - Em defesa da Proposta Reivindicativa Comum aprovada na Cimeira de Sindicatos da Administração Pública, pelo emprego, pelos direitos, pela recuperação do poder de compra perdido pelos trabalhadores.

1.4. - Contra a destruição do Poder Local Democrático e a extinção de freguesias.

1.5. - Contra a aplicação do Regime Jurídico da Actividade Empresarial e das Participações Locais, a privatização de serviços públicos locais e o despedimento dos trabalhadores que aí prestam serviço. O STAL considera aliás neste aspecto que, independentemente do caminho que esta lei recentemente promulgada pelo Presidente da República tomar, é fundamental que sejam levadas a cabo medidas legislativas extraordinárias que permitam a integração dos trabalhadores nos mapas de pessoal das autarquias em caso de remunicipalização dos serviços.

1.6. - Pela reposição dos valores já sonegados nos salários e nos subsídios, contra o roubo do subsídio de Natal deste ano. Embora sancionando ilegitimamente e de forma imoral o corte do subsídio de férias já efectuado em 2012, a verdade é que, ao considerar inconstitucional a medida do Governo, para o STAL a leitura do acórdão do tribunal Constitucional não pode dar azo a outra interpretação que a da ilegalidade de qualquer corte no próximo subsídio de Natal.

2. E decide:

2.1. - Apelar aos trabalhadores e a toda a estrutura sindical para que se empenhe activamente na resistência contra a ofensiva do Governo PSD/CDS-PP e na luta por estes objectivos;

2.2. - Saudar a luta determinada dos autarcas, das populações e dos trabalhadores contra o encerramento de freguesias;

2.3. - Participar, em 14 de Setembro, numa Tribuna Pública promovida pela Frente Comum, na Assembleia da República, para entrega de pareceres sobre as alterações à legislação laboral na Administração Pública;

2.4. - Transformar a Conferência «Impactos das Políticas Neoliberais no Poder Local» que o STAL promove no próximo dia 20 de Setembro, em Lisboa, numa jornada de afirmação do combate pelo poder local, pelos serviços públicos que presta e pelos direitos dos seus trabalhadores, cujo Documento-base é hoje aprovado por este órgão e continuará a ser discutido por toda a estrutura e com os trabalhadores.

2.5. - Participar activamente numa vigília de protesto dos trabalhadores da Administração Pública, junto ao primeiro-ministro, já agendada pela Frente Comum para 27 de Setembro;

2.6. - Definir para o dia 15 de Outubro o início de uma Caravana de protesto e esclarecimento, que até meados de Novembro correrá todo o país com iniciativas e contactos com as populações e os trabalhadores;

2.7. - Participar e mobilizar a estrutura e os trabalhadores da Administração Local para o Dia Nacional de Luta da CGTP-IN, a realizar em 1 de Outubro, data em que se assinala o 42.º Aniversário da Central;

2.8. - Equacionar a realização de uma grande manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Local na primeira quinzena do próximo mês de Outubro;

2.9. - Participar activamente na Marcha Contra o Desemprego que a CGTP-IN promoverá entre 5 e 13 de Outubro;

2.10. - Iniciar um conjunto de contactos ao nível interno e externo tendo em vista a prossecução e o aumento da luta dos trabalhadores.

O STAL apresenta ainda a sua solidariedade para com as populações afectadas com os fogos que fustigam o país e em particular para as vítimas e suas famílias que atravessam momentos de grandes dificuldades e desespero. Estes incêndios mostram uma vez mais à evidência a ausência de uma verdadeira política de prevenção estrutural e de gestão da floresta e de um profundo desinvestimento na prevenção e na protecção civil. O STAL não pode deixar porém, de transmitir uma palavra muito forte de apreço e confiança para todos os profissionais do sector e outros envolvidos no combate aos incêndios em curso.

A Comissão Executiva da Direcção nacional do STAL decide saudar a luta dos trabalhadores da Moveaveiro contra a privatização da empresa e o despedimento de trabalhadores, bem como à manifestação que promovem no próximo dia 12 de Setembro, a partir das 14.00 horas.

Lisboa, 6 de Setembro de 2012

A Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL